

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 550-A, DE 1999

Estabelece alíquota mais gravosa, no âmbito do imposto de renda, para a remuneração pela exploração de obras audiovisuais estrangeiras.

**Autor:** Deputado WILSON SANTOS

**Relatora:** Deputada MARIA LÚCIA

### I - RELATÓRIO

Com a iniciativa em epígrafe pretende o ilustre Deputado WILSON SANTOS agravar de 25% para 40% a alíquota do imposto de renda incidente na fonte sobre as remessas, para o exterior, de rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras no território nacional, bem como daqueles cobrados por ocasião de sua aquisição ou importação.

Alega o autor a necessidade de serem adotados mecanismos outros de incentivo à indústria nacional, além do abatimento de 70% do imposto devido das pessoas que invistam na co-produção de obras nacionais, por meio de tributação diferenciada, onerando a remuneração das obras audiovisuais estrangeiras.

Com vistas a impedir conflitos na interpretação de dispositivos legais sobre a matéria, derroga o art. 72 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe, de forma genérica, sobre a tributação na fonte da remessa, para o exterior, de remuneração de qualquer direito, à alíquota de 15%.

A proposição foi, inicialmente, distribuída à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que a aprovou, em 20 de outubro de 1999, com emendas, nos termos do parecer do relator, de forma a atribuir às redações da ementa e do art. 1º maior rigor técnico e clareza, ao discriminar o ato legal que se pretende alterar.

Apreciada pela Comissão de Finanças e Tributação, a proposição foi aprovada, por unanimidade, nos termos do parecer de seu relator, em 10 de maio de 2000.

A matéria vem, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, à qual compete examiná-la quanto aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e de técnica legislativa, a teor do que dispõe o art. 53, inc.III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 17/89 e alterado por Resoluções posteriores.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Estipula o art. 54, inciso I, do supracitado Regimento, ser terminativo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, quando do exame dos aspectos que a ela são próprios.

Procedendo-se ao exame do projeto de Lei nº 550-A, de 1999, e emendas, entendemos não ocorrer, preliminarmente, óbice constitucional, visto que alteram dispositivo de diploma legal cuja iniciativa cabe a qualquer membro ou comissão desta Casa Congressual. Encontram-se, portanto, atendidas as formalidades relativas à competência legislativa da União (art. 24, inc.I), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48) e à legitimidade da iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, todos da Constituição Federal).

Quanto ao aspecto material, entretanto, cabe salientar que a proposição em apreço, ao não fixar expressamente a data de produção de seus efeitos, fere o princípio da anualidade da tributação, expresso no art. 150, inc. III, letra “b”, que veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os aumentou. Até porque, no caso em tela, a carga

tributária é aumentada. Desta maneira, propomos emenda aditiva ao texto original, com vistas a sanar a inconstitucionalidade material.

Doutra parte, de modo a tornar clara a interpretação do disposto nesta proposição, inviabilizando qualquer caráter dúbio que acaso possa acometer os interessados, ao confrontar-se com o texto do art. 7º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no que se refere à tributação na fonte de rendimentos de prestação de serviços remetidos ao exterior, oferecemos emenda modificativa ao texto original.

A proposição em tela e as emendas nº 1/99 e 2/99, acrescidas das duas emendas supracitadas, apresentam-se isentas de injuridicidade e encontram-se formuladas em conformidade com a técnica legislativa.

Face às considerações expostas, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 550-A, de 1999, e das emendas modificativas nº 1/99 e 2/99, com a inclusão das emendas nº 1/00 e 2/00, oferecidas por este Relator.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputada MARIA LÚCIA  
Relatora

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

## **PROJETO DE LEI Nº 550-A, DE 1999**

Estabelece alíquota mais gravosa, no âmbito do imposto de renda, para a remuneração pela exploração de obras audiovisuais estrangeiras.

### **EMENDA ADITIVA Nº 1/00**

Acrescente-se o art. 4º ao projeto, com a seguinte redação:

"Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001."

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputada MARIA LÚCIA  
Relatora

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 550-A, DE 1999

Estabelece alíquota mais gravosa, no âmbito do imposto de renda, para a remuneração pela exploração de obras audiovisuais estrangeiras.

### EMENDA MODIFICATIVA Nº 2/00

Dê-se ao art. 3º do projeto a seguinte redação:

*"Art. 3º Ficam derogados, no que conflitarem com esta Lei, o disposto no art. 72 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, bem como no art. 7º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999."*

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputada MARIA LÚCIA  
Relatora